

International Joint Conference Radio 2022

Materialidade do tema proteção radiológica em programas de sustentabilidade ASG (Ambiental, Social e Governança)

Tessari-Zampieri¹ M. C., Santiago² A. F., Cotrim¹ M. E. B.

¹Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN-CNEN) – Centro de Química e Meio Ambiente – Laboratório de Fluorescência de Raios X, Av. Prof. Lineu Prestes, 2242 - Butantã, São Paulo – SP.

²Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, Av. Prof. Almeida Prado, 532 - Butantã, São Paulo – SP.
mczampieri@ipen.br

Resumo: A materialidade é uma metodologia eficaz para identificar e estimar passíveis Ambiental, Social e Governança (ASG). As organizações utilizam a matriz de materialidade apenas para cumprir os requisitos do GRI, podendo gerar matriz incompleta e inconsistente. Os resultados de acordo, de acordo com o GRI para o parâmetro “radiação” encontra-se diversos temas de sustentabilidade onde as questões de proteção radiológica devem ser abordadas, como saúde e segurança do trabalho, avaliação ambiental de fornecedores, conformidade ambiental, comunidades locais, resíduos e abordagem de gestão. A elaboração de uma matriz de materialidade para as organizações que manipulam elementos radiológicos, com a devida identificação das partes interessadas necessita de métodos previamente definidos para que possam ser repetidos e revisados periodicamente, e desta forma, possibilitando demonstrar a evolução das preocupações com a sustentabilidade e seu alinhamento com as necessidades estratégias das organizações.

Palavras-chave: Materialidade, *Global Reporting Initiative*.

Introdução: A materialidade pode ser descrita como a análise dos requisitos relevantes a serem abordados por organizações em relação a sustentabilidade e responsabilidade social. Além disso, é uma metodologia eficaz para identificar e estimar passíveis Ambiental, Social e Governança (ASG) que afetam a organização e seus stakeholders. Um indicador relevante para o ASG é o *Global Reporting Initiative* (GRI), pois os dados devem ser reportados com objetividade e clareza na presença da matriz de materialidade [1] A exposição dos dados são práticas públicas adotadas por organizações informando os *stakeholders* dos resultados dos impactos econômicos, ambientais e sociais, com o objetivo do desenvolvimento sustentável [1]. No desenvolvimento sustentável, a diversidade de tópicos e sua aplicabilidade maior/menor em cada organização requer a realização de estudos/análises para identificar o que é relevante, ou conforme a definição do IIRC (*The International Integrated Reporting Council*) “aquilo que pode afetar substancialmente a capacidade de uma organização de criar valor em curto, médio ou longo prazo” [2]. Para um relatório de sustentabilidade, o GRI estabelece princípios para definição da qualidade do relatório, adequação da qualidade das informações, como devem ser relatadas, padrão de apresentação e indicadores para as diferentes organizações. As organizações utilizam a matriz de materialidade apenas para cumprir os requisitos do GRI, devido a essa prática, pode ocorrer a geração de uma matriz incompleta e inconsistente. Por isso, a qualidade das informações é de suma importância para permitir que os *stakeholders* realizem avaliações consistentes e sensatas sobre a organização e que medidas devem ser adotadas [1], podendo ser de saúde e segurança do trabalho. Em saúde e segurança do trabalho a GRI-403 [3], é norma específica da série 400 que abrange tópicos sociais, condições de trabalho saudáveis e seguros como um direito humano, além do que, são metas do desenvolvimento sustentável da “Agenda 2030, para desenvolvimento sustentável”. A prevenção de danos físicos, metais, insalubridades, avaliação de riscos, doenças profissionais de longa latência e sub-relato são tema desta norma [3] e este último pode ser diretamente relacionado com os efeitos biológicos da radiação ionizante (RI) [4]. As RIs possuem características de ionização atômica ou molecular, podendo apresentar benefícios ou causar sérios danos aos seres vivos, assim sua regulamentação é necessária para a segurança e saúde dos trabalhadores ocupacionalmente expostos [5]. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar como as questões relacionadas com a proteção radiológica devem ser consideradas em programas ASG e sua relação com a metodologia de relato GRI, abordando as formas para identificação das partes interessadas, os potenciais elementos que podem influenciar na caracterização da materialidade do tema.

Metodologia: O estudo levou em consideração a revisão da literatura existente, referências técnicas e trabalhos de pesquisa publicados a partir de 2015, para nivelar conceitos sobre sustentabilidade presentes em um ambiente disperso e repleto de definições. O período indicado considerou o ano de publicação da agenda 2030 no documento “*Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*”, das Nações Unidas, em setembro de 2015 [6], que influenciou significativamente todos os esforços da sociedade em favor da sustentabilidade. Dados e relatórios de sustentabilidade publicados, para serem utilizados como referência e comparação, foram de empresas com potencial para exercer influência para inovação ambiental na sustentabilidade corporativa de organizações a partir da perspectiva da Visão Baseada em

Recursos, priorizando quando disponível, organizações listadas na no Balcão B3 da BMF/BOVESPA, por fomentar o desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas pelo seu comprometimento com a sustentabilidade empresarial [7].

Resultados: O manuseio, a produção, a posse e utilização de fontes ionizantes, bem como o transporte, armazenamento e deposição de materiais radioativos, abrangendo as atividades que envolvam exposição à radiação são regulamentadas pelo Governo Federal através de portarias e resoluções específicas [5]. Assim como, a caracterização a proteção ao meio ambiente, segurança, capacitação de indivíduos ocupacionalmente expostos e o controle de eventuais exposições ao público para prevenir falhas ou erros que resultem em exposição acidental. As comunidades de entorno, trabalhadores, governos e usuários dos serviços relacionados com fontes ionizantes fazem parte do grupo *stakeholder*. As organizações só podem formar opiniões a partir das informações disponibilizadas através de relatos de sustentabilidade periódicos. Entretanto, o que deve ser relatado, deve ir além do previsto na legislação, dependendo assim do interesse demonstrado do grupo *stakeholder* identificados, que devem ser pesquisadas quanto o que consideram mais relevantes. O grupo *stakeholder* das organizações envolvidas com proteção radiológica só podem formar opiniões a partir das informações e disponibilizadas através de relatos de sustentabilidade periódicos. Os resultados destas pesquisas são formalizados em matrizes de materialidade e só partir de então podem ser utilizadas por gestores destas organizações para tomada de decisões a partir de dados sobre como estão contribuindo, seja com resultados positivos ou negativos em seu entorno [1]. De acordo com o GRI o parâmetro “radiação” encontra-se diversos temas de sustentabilidade onde as questões de proteção radiológica devem ser abordadas, como saúde e segurança do trabalho [2], avaliação ambiental de fornecedores [8], Conformidade Ambiental [9], comunidades locais [10], Resíduos [11] e Abordagem de Gestão [12]. A proteção radiológica não é tratada nestes referenciais de forma direta, porém seus efeitos e impactos podem ser observados nos guias GRI’s contemplados no relatório anual da Eletronuclear [13].

Conclusões: A Agenda 2030, com seu amplo leque de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas são ambiciosos e uma abordagem integrada e indivisível é importante para equilibrar as dimensões ambiental, econômica e social. A aplicação de metodologias e referenciais para identificar como as questões relacionadas a proteção radiológica podem impactar a diversidade e complexidade destes objetivos e metas, se tornando fundamental para entender a extensão e limites operacionais do que deve ser relatado. Para isso, a elaboração de uma matriz de materialidade para as organizações que manipulam elementos radiológicos, com a devida identificação das partes interessadas necessita de métodos previamente definidos para que possam ser repetidos e revisados periodicamente, e desta forma, possibilitando demonstrar a evolução das preocupações com a sustentabilidade e seu alinhamento com as necessidades estratégias das organizações.

Referências Bibliográficas

- [1] Global Reporting Initiative-GRI-101. Global Sustainability Standards Board. Fundamentals, 2016. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/>. Acesso em: 08.jul.2022.
- [2] Transition to integrated reporting. A guide to getting started. 2021. Disponível em: https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/09/Transition-to-integrated-reporting_A-Getting-Started-Guide.pdf.
- [3] Global Reporting Initiative-GRI-403. Global Sustainability Standards Board. Saúde e Segurança do Trabalho, 2018. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/>. Acesso em: 08.jul.2022.
- [4] Rahman N., Dafader N.C., Shamsuzzaman M., Mondal I.H. Nuclear and radiological protective clothing. Protective Textiles from Natural Resources, 2022. <https://doi.org/10.1016/B978-0-323-90477-3.00009-2>.
- [5] Norma CNEN NN 3.01. Resolução 164/14. março/2014. Diretrizes básicas de proteção radiológica.
- [6] Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015; Nova York, 2015; Acesso em 08.jul.2022; Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E
- [7] ISEB3; O que é o ISE B3?; BMF/BOVESPA; São Paulo2019; Acesso em 08.jul.2022; Disponível em: <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>
- [8] Global Reporting Initiative-GRI-308. Global Sustainability Standards Board. Avaliação Ambiental de Fornecedores, 2016. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/>. Acesso em: 08.jul.2022.
- [9] Global Reporting Initiative-GRI-307. Global Sustainability Standards Board. Conformidade Ambiental, 2016. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/> Acesso em: 08.jul.2022.
- [10] Global Reporting Initiative-GRI-413. Global Sustainability Standards Board. Comunidades Locais, 2000. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/> Acesso em: 08.jul.2022.
- [11] Global Reporting Initiative-GRI-306. Global Sustainability Standards Board. Resíduos, 2000. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/> Acesso em: 08.jul.2022.
- [12] Global Reporting Initiative-GRI-103. Global Sustainability Standards Board. Forma de Gestão, 2016. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/> Acesso em: 08.jul.2022.
- [13] Eletronuclear – Relatório anual - 2021. Disponível em: <https://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Documents/Relat%C3%B3rios%20e%20Balan%C3%A7os/Relatorio-anual-eletronuclear-2021.pdf>. Acesso em: 08.jul.2022.